

- 5) Os produtos que não possam ser mantidos à temperatura ambiente devem ser armazenados, até serem expedidos, em salas previstas para esse efeito;
- 6) Designadamente os produtos que não estejam salgados ou secos devem ser mantidos a uma temperatura que não ultrapasse 3°C;
- 7) As matérias-primas devem ser transportadas desde o matadouro de origem até ao estabelecimento em condições de higiene satisfatórias e, se for necessário, refrigeradas em função do prazo decorrido entre o abate e a recolha das matérias-primas. Os veículos e os contentores destinados ao transporte devem ter as superfícies internas lisas, fáceis de lavar, de limpar e de desinfetar. Os veículos destinados ao transporte com refrigeração devem ser concebidos de modo que a temperatura indicada possa ser mantida durante todo o transporte.

## ANEXO D

**Certificado de salubridade relativo a produtos à base de carne <sup>(1)</sup>**N.º <sup>(2)</sup>...

País expedidor: ...  
 Ministério: ...  
 Serviço: ...  
 Referência: ...

**I — Identificação dos produtos à base de carne**

Produtos preparados à base de carne de: ... (espécie animal).  
 Natureza dos produtos <sup>(3)</sup>: ...  
 Natureza da embalagem: ...  
 Número de peças ou de unidades de embalagem: ...  
 Temperatura de armazenagem e de transporte <sup>(3)</sup>: ...  
 Prazo de conservação <sup>(4)</sup>: ...  
 Peso líquido: ...

**II — Proveniência dos produtos à base de carne**

Morada(s) e número(s) de aprovação do(s) estabelecimento(s) de transformação aprovado(s): ...  
 Se necessário, morada(s) e número(s) de aprovação do(s) entreposto(s) frigorífico(s) aprovado(s): ...

**III — Destino dos produtos à base de carne**

Os produtos são expedidos de: ... (local de expedição) para: ... (país destinatário), pelo meio de transporte seguinte <sup>(5)</sup>: ...  
 Nome e endereço do expedidor: ...  
 Nome e endereço do destinatário: ...

**IV — Certificado de salubridade**

O abaixo assinado certifica que os produtos à base de carne acima referidos:

- a) Foram preparados com carnes frescas ou com produtos à base de carne nas condições específicas previstas na Directiva n.º 77/99/CEE <sup>(2)</sup>;
- b) Foram preparados com carnes de espécies animais para além das referidas na alínea d) do artigo 2.º da Directiva n.º 77/99/CEE <sup>(6)</sup>;
- c) Se destinam à República Helénica <sup>(6)</sup>.

**V — Se necessário**

Em caso de transbordo num estabelecimento aprovado ou num entreposto frigorífico aprovado, a identificação:

- a) Do local de transbordo (endereço e número de aprovação);
- b) Do meio de transporte <sup>(7)</sup>.

Feito em ... (local) em ... (data).

... (assinatura da autoridade competente) (nome em maiúsculas).

<sup>(1)</sup> Na aceção do artigo 2.º da Directiva n.º 77/99/CEE.

<sup>(2)</sup> Facultativo.

<sup>(3)</sup> Menção eventual de irradiação ionizante por razões de ordem médica.

<sup>(4)</sup> A preencher em caso de indicação, nos termos do artigo 7.º da Directiva n.º 77/99/CEE.

<sup>(5)</sup> Para vagões e camiões indicar o número de matrícula, para aviões o número de voo e para barcos o nome.

<sup>(6)</sup> Riscar o que não interessa.

<sup>(7)</sup> Para vagões e camiões indicar o número de matrícula, para aviões o número de voo e para barcos o nome.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE****Decreto Regulamentar n.º 42/93**

de 27 de Novembro

A toxicodependência constitui um dos mais preocupantes problemas sociais da actualidade, cuja magnitude exige uma resposta eficaz que contemple globalmente a dimensão holística dos indivíduos.

Neste sentido, importa tomar medidas que tenham presente as várias vertentes do problema, com especial relevo para a saúde, o emprego e segurança social, a justiça e a educação.

O impacto da toxicodependência e os efeitos nefastos que potencia exigem que nos centros de tratamento e recuperação se procure dar resposta adequada ao indivíduo toxicodependente e respectiva família, sem esquecer a subsequente reintegração social.

Importa agora criar as condições que garantam a idoneidade de tais centros de tratamento, através dos mecanismos de licenciamento e fiscalização.

A regulamentação de tais mecanismos, respeitando a singularidade destes centros, segue de perto o regime regra de licenciamento e fiscalização das unidades privadas de saúde, sem prejuízo das especificidades que a realidade da toxicodependência aconselha.

Foram ouvidos a Ordem dos Médicos e o Alto-Comissário para o Projecto Vida.

Assim:

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 13/93, de 15 de Janeiro, e nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

**CAPÍTULO I****Disposições gerais****Artigo 1.º****Objecto**

O presente diploma estabelece o regime do licenciamento e da fiscalização das unidades privadas, com ou sem fins lucrativos, que actuem no campo da prevenção secundária, através da prestação de cuidados de saúde na área da toxicodependência.

**Artigo 2.º****Tipos de estabelecimentos**

1 — A prestação de cuidados de saúde a que se refere o artigo anterior pode ter lugar em unidades de internamento e unidades de tratamento ambulatorio.

2 — São unidades de internamento:

- a) As clínicas de desabilitação ou clínicas de desintoxicação;
- b) As comunidades terapêuticas ou comunidades residenciais de estada prolongada.

3 — São unidades de tratamento ambulatorio:

- a) Os centros de consultas;
- b) Os centros de dia.

**Artigo 3.º****Unidades de internamento**

1 — As clínicas de desabilitação ou clínicas de desintoxicação são unidades assistenciais onde se realiza o tratamento de síndromas de privação em toxicodependentes, mediante terapêutica, medicamentos e apoio psicológico, sob responsabilidade médica, com apoio de enfermagem e consultoria em psiquiatria.

2 — As comunidades terapêuticas ou comunidades residenciais de estada prolongada são unidades de internamento para estadas prolongadas, habitualmente sem recurso regular a terapêuticas medicamentosas, com apoio psicoterapêutico e ou sócio-terapêutico e apoio médico de clínica geral e consultoria em psiquiatria.

**Artigo 4.º****Unidades de tratamento ambulatorio**

1 — Os centros de consultas são unidades assistenciais para tratamento ambulatorio de doentes, apoio aos familiares ou terapia familiar, dotadas de equipas compostas por médicos, psicólogos e outros técnicos de saúde, sob a supervisão de um psiquiatra.

2 — Os centros de dia são unidades de apoio psicológico e sócio-terapêutico, dispondo de actividades ocupacionais diversificadas.

**Artigo 5.º****Dever de cooperação**

As unidades privadas a que se refere o artigo 1.º devem colaborar com o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT), com a Direcção-Geral da Saúde (DGS), com as administrações regionais de saúde e com o Alto-Comissário para o Projecto Vida nas campanhas e programas de saúde pública.

**Artigo 6.º****Remissão**

1 — Para efeitos do disposto no presente diploma aplicam-se, com as necessárias adaptações, os artigos 4.º a 17.º do Decreto-Lei n.º 13/93, de 15 de Janeiro, com excepção do n.º 2 do seu artigo 7.º, entendendo-se as referências nele feitas à DGS como sendo feitas ao SPTT.

2 — A atribuição da licença de funcionamento é precedida de uma vistoria a efectuar pelos serviços competentes da DGS, coadjuvados por técnicos do SPTT.

3 — Efectuada a vistoria a que se refere o número anterior e elaborado o parecer da DGS, deve o SPTT submeter o pedido, devidamente instruído e informado, ao Ministro da Saúde.

**Artigo 7.º****Contra-ordenações**

1 — O funcionamento das unidades a que se refere o artigo 1.º sem a atribuição da licença conce-

didada por despacho do Ministro da Saúde constitui contra-ordenação punível com coima de 500 000\$ a 3 000 000\$.

2 — O funcionamento das unidades a que se refere o número anterior sem que disponham do respectivo regulamento interno, tabela de preços e livro de reclamações constitui contra-ordenação punível com coima de 250 000\$ a 1 500 000\$.

3 — O incumprimento da notificação ao SPTT no prazo de 30 dias sobre a transferência de titularidade ou a cessão de exploração total ou parcial ou de unidade de saúde, bem como das alterações das suas estruturas, constitui contra-ordenação punível com coima de 250 000\$ a 1 500 000\$.

4 — A falta de meios humanos e materiais exigíveis segundo os *leges artis* para o funcionamento das unidades constitui contra-ordenação punível com coima de 500 000\$ a 3 000 000\$.

5 — Os montantes máximos das coimas previstas nos números anteriores são reduzidos a 500 000\$ quando o titular da unidade ou quem proceder à sua exploração for pessoa singular.

6 — A negligência é punível.

**Artigo 8.º****Aplicação e destino das coimas**

1 — A fiscalização do disposto no presente diploma compete à DGS e a aplicação das coimas ao director-geral da Saúde.

2 — O produto das coimas reverte:

- a) Em 60% para o Estado;
- b) Em 30% para o SPTT;
- c) Em 10% para a DGS.

**Artigo 9.º****Disposição transitória**

1 — As unidades privadas que se encontrem em funcionamento à data da entrada em vigor do presente diploma devem, no prazo de 90 dias contados desde aquela data, requerer a respectiva licença de funcionamento.

2 — Ocorrendo razões ponderosas de saúde pública devidamente justificadas, pode o prazo previsto no número anterior ser prorrogado, por períodos sucessivos de 30 dias, até ao limite máximo de 180 dias.

3 — Compete ao presidente do SPTT a verificação, por despacho, dos pressupostos previstos no número anterior.

Presidência do Conselho de Ministros, 14 de Junho de 1993.

*Aníbal António Cavaco Silva — Arlindo Gomes de Carvalho — Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.*

Promulgado em 3 de Novembro de 1993.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 4 de Novembro de 1993.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*